

## Crescimento da criminalidade no país preocupa senadores

Hartung afirma que clima de tensão precisa ser superado com políticas públicas • Suplicy culpa renda mal distribuída • Requião é contra uso das Forças Armadas nas ruas • Cândido critica a atuação da PM • Tuma alerta que polícia não pode ser única culpada • Heloísa sugere que TV Senado faça documentário sobre tragédia do Rio

PÁGINA 9

### ACM cobra medidas contra violência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a sociedade está cansada e pediu ao governo providências urgentes para aumentar a segurança da população.

PÁGINA 2



### CCJ EXAMINA PROIBIÇÃO DA VENDA DE ARMAS E MUNIÇÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deve examinar hoje substitutivo a três projetos de lei que estabelecem restrições ao uso de armas de fogo.

PÁGINA 4



Calheiros é autor do substitutivo que a CCJ deve examinar hoje

### Martus explica cortes e apóia a proposta de orçamento impositivo

PÁGINA 7

Ao lado de Gilberto Mestrinho, Martus (segundo à esquerda) fala na CMO



A CAE aprovou também parecer favorável a recursos para hospitais universitários

### CAE aprova mais recursos para atividades culturais

Parecer favorável a projeto de lei que aumenta de 1% para 3% a parcela de arrecadação das loterias federais destinada ao Programa Nacional de Apoio à Cultura foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

PÁGINA 5

Conselho analisa hoje pedido de cassação de Luiz Estevão

PÁGINA 4

### PLENÁRIO ACOLHE CONVENÇÃO INTERNACIONAL

PÁGINA 3

# ACM insiste em medidas urgentes contra violência

Ao afirmar que o povo não agüenta mais conversas e estudos enquanto nada é feito, senador pede definição de ações concretas na segurança

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, classificou o episódio do seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro, com a morte do seqüestrador e de uma refém, como "um sinal muito triste da vida no Brasil". Em entrevista concedida ontem de manhã, o senador afirmou que a sociedade está cansada e pediu providências urgentes ao governo para aumentar a segurança da população, observando que o povo não agüenta mais conversas e estudos enquanto não é feito nada de concreto para solucionar o problema da violência.

No entender de Antonio Carlos, do jeito que está não pode continuar. Ele voltou a defender o uso das Forças Armadas no combate à violência urbana, lembrando inclusive que o comandante do Exército chegou a admitir essa hipótese em entrevista à imprensa. Se o governo

não quiser usar as Forças Armadas, observou, que apresente uma outra alternativa.

— Ficar culpando as polícias militares, o Garotinho (*governador do Rio de Janeiro*), ou amanhã o governador do Paraná ou de São Paulo, não vai resolver nada, aí é que vai agravar — destacou o presidente do Senado.

O senador avaliou a ação da PM carioca, no episódio do seqüestro do ônibus, como "lenta". Ele disse que o ministro da Justiça deveria ter-se deslocado imediatamente para a capital fluminense, para acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos, contando com assessoria direta da Polícia Federal. Para o senador, "ficando tudo assim como está, sem providências concretas, as autoridades amanhã vão pagar um preço alto".

Antonio Carlos afirmou que não pretende culpar o governo na ques-

ção da violência e concorda com o presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele prega que as "veleidades" sejam colocadas de lado na busca de soluções. O senador disse aceitar a sugestão do presidente da República, mas entende que as veleidades devem terminar também no governo, onde "são muito grandes".

Na opinião do presidente do Senado, "falta decisão" na definição de ações concretas para melhorar as polícias e reduzir o nível da violência urbana no país. Ele propôs que as Forças Armadas tenham contingentes mais reduzidos — já que o país não pretende "invadir a Casa Branca, o Pentágono ou a Europa" —, com o conseqüente aumento no efetivo da Polícia Federal. E lembrou que há muito vem falando sobre o tema, mas até agora o governo não chamou o Congresso para participar dos debates e da busca de soluções para a violência.

## Senador recebe Comissão de Direitos Humanos da OEA

Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem de manhã os integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) que atualmente é presidido pelo jurista Hélio Bicudo. A comissão está no país para realizar uma audiência sobre o sistema interamericano de direitos humanos, a convite do governo brasileiro.

No encontro com Antonio Carlos, integrantes da comissão trocaram impressões sobre problemas como o da violência e a importância do fortalecimento e aprimoramento permanente das instituições democráticas, como forma de promoção dos direitos humanos. De acordo com Hélio Bicudo, o senador revelou a intenção de criar um grupo para discutir o problema da violência urbana no Brasil e formas de aumentar a se-



Antonio Carlos cumprimenta os integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, liderados pelo ex-deputado Hélio Bicudo

gurança da população.

— O senador Antonio Carlos Magalhães reafirmou sua opinião de uso das Forças Armadas para o combate à violência urbana, tese da qual divirjo, mas revelou a intenção de criar um grupo para debater o problema e propor soluções, fato que sugere estar aberto para outras al-

ternativas — observou Bicudo.

### CORTESIA

Antonio Carlos Magalhães recebeu também, em visita de cortesia, o embaixador Valter Pely Moreira, chefe do Cerimonial da Presidência da República.

■ Leia mais sobre violência na página 9



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

Brasil 500



11h30 — Recebe Dílio Sérgio Penedo, presidente da Embratel  
12h — Recebe Anthony Harrington, embaixador dos EUA  
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal. A Hora do Expediente será destinada a reverenciar a memória do jornalista Carlos Castello Branco

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a reverenciar a memória do jornalista Carlos Castello Branco  
Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 12/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis (PR); PDL nº 206/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim (ES); PDL nº 9/2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Concórdia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas (MS); Mensagem nº 105/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Antonio Jardim Gagliardi para exercer a função de embaixador do Brasil na Noruega; Mensagem nº 110/2000, que submete à deliberação do Senado o nome de Brian Michael Fraser Neele para exercer a função de embaixador do Brasil na Turquia; e PR nº 37/2000, que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à Maurítânia, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, no valor de US\$ 6,28 milhões, oriundos de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

### COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: apreciação do parecer do senador Jefferson Péres, relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PEC 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; Requerimento nº 402/95, do senador Pedro Simon, solicitando a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, integrada por 15 senadores, destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento; PLC nº 102/96, que amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; PLS nº 27/99, que altera os arts. 338 a 340 da Lei nº 3.071/1916 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PLS nº 140/99, que altera a redação do parágrafo 9º do art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; PLS nº 248/99, que altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; PLS nº 617/99, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760/46, atualizando o conceito de terrenos de marinha; PLS nº 625/99, que revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciárias); e PEC nº 23/99, que acrescenta parágrafo 9º do art. 109 da Constituição federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.

Pauta extra: PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, tramitando em conjunto com o PLS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas a implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

### ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Ecossistema*, de David Koepp. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Rádio de João Pessoa tem a concessão renovada

Decretos legislativos renovando a concessão da Rádio e TV Correio, de João Pessoa (PB), e outorgando permissão à Fundação Logos, de São José dos Campos (SP), para a exploração de serviços de radiodifusão foram aprovados ontem pelo Senado. As matérias vão agora a promulgação.

Na mesma sessão, o Plenário cancelou a tramitação de projeto destinado a renovar a concessão da Rádio Porta Voz de Cianorte, de Cianorte (PR). A medida ocorreu para que haja posicionamento do Judiciário sobre queixas jurídicas pertinentes ao controle acionário da emissora.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2000

**1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

**2**

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Correio OM, de João Pessoa (PB).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**3**

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 1999. Outorga permissão à Fundação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão FM, de São José dos Campos (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**4**

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2000. Aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**5**

Mensagem nº 102, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Joaquim Augusto Whitaker Salles para, cumulativamente com a função no Quênia, exercer a de embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 51 Não: 06 Abst.: 02 Total: 59. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**6**

Mensagem nº 115, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Francisco Thompson Flores Netto para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Uruguai.

**Resultado:** Aprovada. Votaram: Sim: 56 Não: 05 Abst.: 02 Total: 63. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**7**

Requerimento nº 291, de 2000. Senador José Eduardo Dutra. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 100 e 417, de 1999, 70, 87 e 143, de 2000, por regularem a mesma matéria.

**Resultado:** Aprovado. Os PLS nºs 100 e 417/99, 70, 87 e 143/2000 vão ao exame das CCI, CAS e CAE, cabendo a esta última a decisão terminativa.

**8**

Requerimento nº 302, de 2000. De iniciativa da Comissão de Educação. Solicita o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999, que renova a concessão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte OM (PR), para aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da rádio supracitada.

**Resultado:** Aprovado. A tramitação da matéria fica sobrestada até que sejam esclarecidas, pelos órgãos competentes, as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda.

**9**

Requerimento nº 321, de 2000. Senador Carlos Patrocínio. Solicita seja consignado voto de aplauso ao presidente da República, dr. Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento à decisão de S. Ex.ª de encaminhar à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 745, de 2000, a qual converteu-se no Projeto de Lei nº 3.126, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins

**Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação do Plenário.

**10**

Requerimento nº 324, de 2000. Senador Maguito Vilela. Solicita seja apresentado voto de aplausos e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que sagrou-se bicampeão do torneio Roland Garros, na França, alcançando a posição de número um no tênis mundial.

**Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação do Plenário.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Aprovado ato internacional para combate à corrupção

O texto da convenção, concluída na cidade de Paris em 1997, prevê iniciativas contra o crime no comércio entre vários países

O Senado aprovou ontem o texto da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em 1997 na cidade de Paris. Trata-se de instrumento multilateral em que é estabelecido com a comunidade internacional compromisso de estímulo ao combate ao crime no comércio entre países, sem atingir a soberania das nações.

Relator da matéria na Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou, em seu relatório, que o texto tipifica o delito de corrupção de funcionário público estrangeiro e as sanções que a ele devem ser impostas, sem deixar de responsabilizar as pessoas jurídicas envolvidas.

Fogaça também explicou que a convenção estabelece para cada país contratante a obrigação de incluir em seu ordenamento jurídico norma que considere como crime o oferecimen-

to de vantagem pecuniária indevida a funcionário público estrangeiro, com a finalidade de realizar ou dificultar transações.

Ele argumentou que o objetivo da convenção é erradicar, mediante a responsabilidade compartilhada dos países, a prática da corrupção nas transações comerciais internacionais, que, além de distorcer as condições normais de competitividade, desperta sérias preocupações de ordem moral e política.



Sessão do Senado em que foi discutido o texto da convenção que visa proteger o comércio internacional

## Limite de idade para ministro do TCU é discutido

Em primeiro turno, o Senado iniciou ontem a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação não deve aplicar-se aos auditores do TCU.

Cabral entende que, ao ingressarem no TCU, os auditores já cumpriram as exigências referentes a limites de idade, sendo



Bernardo Cabral considera que auditor pode tornar-se ministro do TCU após os 65 anos

injusto exigir que tenham menos de 65 anos quando surge a oportu-

nidade de assumirem o posto de ministro. A Constituição reserva uma vaga de ministro para ser preenchida por um dos três auditores do TCU.

Para o senador, sujeitá-los, na oportunidade do preenchimento da única vaga de ministro disponível para auditor, aos mesmos requisitos já atendidos quando nomeados para o TCU é prejudicial à categoria. Isso porque os anos por eles dedicados ao desempenho do cargo de auditor de nada valeriam ao aspirante à vaga de ministro, na hipótese de já terem completado 65 anos.

## Definidos embaixadores para Uganda e Uruguai

Foi aprovada ontem pelo Senado a escolha de Joaquim Augusto Whitaker Salles para, cumulativamente com a representação do Brasil junto à República do Quênia, exercer a função de embaixador em Uganda. A indicação recebeu 51 votos favoráveis, seis contrários e duas abstenções.

O Senado também aprovou a

escolha de Francisco Thompson Flores Netto para exercer a função de embaixador junto à República Oriental do Uruguai. A decisão foi tomada por 56 votos a favor, cinco contra e duas abstenções. A aprovação dos dois diplomatas será comunicada agora ao presidente da República.

Na mesma sessão, foi aprovado

requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando a tramitação conjunta de cinco projetos que alteram a lei referente à cobrança de pedágio nas rodovias federais. Os projetos concedem isenções no pagamento dessa taxa e de outros tributos para os veículos adaptados aos deficientes físicos.

## Aprovadas congratulações ao tenista Gustavo Kuerten

Atendendo a requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o Plenário aprovou ontem voto de aplauso e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, bicampeão do torneio de Roland Garros, na França, e



Maguito Vilela

alçado à posição de número um do mundo. Ao encaminhar a votação, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que homenagear Guga é incentivar uma nova geração de ídolos, "cujos valores estarão solidificados na fé e no amor familiar". Para Maldaner, Guga vem preencher a lacuna deixada por unanimidades como Ayrton Senna,

Pelé e Zico.

Ele informou que, nos Jogos Abertos de 1992, realizados em Joinville (SC), Guga já mostrava seu talento, ganhando ali seu primeiro título. De lá para cá, conforme o senador, Guga enfrentou

centenas de torneios, consolidando-se como tenista profissional.

"Orgulha-nos a todos ver esse jovem levantando a esperança brasileira em forma de troféu", disse ele. Casildo Maldaner destacou também o trabalho realizado pelo professor Larri Passos, "que soube administrar as decepções e conquistas de Guga, preparando-o para subir ao topo".

## Enviadas condolências pela morte de Heitor Dias

O Senado aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-senador baiano Heitor Dias, ocorrido no último dia 10, em Salvador, e de envio de condolências à família, à Câmara Municipal e à prefeitura de Salvador, à prefeitura de Santo Amaro da Purificação e ao governo da Bahia.

Ao encaminhar o requerimento, Antonio Carlos afirmou que Heitor Dias, como político e professor, teve uma vida digna e competente, tendo se caracterizado por um temperamento acolhedor, que só fez amigos. "Poucos foram tão populares na Bahia, em especial em sua localidade natal, Santo Amaro", disse.



Antonio Carlos

Antonio Carlos lembrou que Heitor Dias, além de político, foi professor de Filosofia, tendo fundado e dirigido o ginásio municipal de Ilhéus e publicado vários livros. Lamentando a morte de Heitor Dias, o senador ressaltou ser

sua obrigação proferir palavras de saudade a um grande amigo, "um homem bom que sequer tinha adversários, tendo dedicado sua vida inteira ao serviço público".

Lauro Campos (PT-DF) também manifestou tristeza pelo falecimento de Heitor Dias. "Era um grande amigo que me recebeu, e à minha mulher, em Salvador, com a fidalguia, o espírito acolhedor e o calor que sempre o caracterizaram", afirmou Lauro.

## Plenário aplaude FHC por criar universidade no Tocantins

A pedido do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), o Senado aprovou voto de aplauso ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento ao envio à Câmara dos Deputados de mensagem que cria a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Patrocínio disse que essa universidade é resultado de "uma luta de mais de dez anos".

Dizendo esperar que a criação da



Carlos Patrocínio

universidade tenha tramitação rápida no Legislativo, o senador informou que, desde a década de 70, os representantes do norte de Goiás pediam uma universidade pública na região, revigorando-se essa luta com a criação do novo estado. "O To-

cantins deve ter as mesmas prerrogativas dos outros estados", argumentou Carlos Patrocínio.

# Senado faz homenagem a Carlos Castello Branco

Além de reverenciar o jornalista, morto há dez anos, o Plenário votará o reescalonamento da dívida da Maurítânia para com o Brasil

Atendendo a requerimento do senador Freitas Neto (PFL-PI), o Senado dedica a Hora do Expediente de hoje à memória do jornalista Carlos Castello Branco.

O homenageado, por três décadas, assinou a prestigiada *Coluna do Castello*, publicada no *Jornal do Brasil*, e morreu há dez anos, vítima de câncer. Dez oradores estão inscritos para falar.

O Senado Federal delibera ainda sobre contrato de reescalonamento de dívida da República Islâmica da Maurítânia para com o Brasil, no valor de US\$

6,7 milhões, relativos a operações de financiamento à exportação realizadas com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a ser geridos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Lembrando que a Maurítânia se inclui entre os países pobres altamente endividados, com 50% da população abaixo da linha de pobreza e déficits sistemáticos nas transações correntes, o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Eduardo

Suplicy (PT-SP), é favorável a esse reescalonamento.

Também hoje o Senado realiza o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. O objetivo da proposta é favorecer a ascensão de auditores ao cargo. A Constituição reserva uma vaga de ministro para ser preenchida pelos auditores do TCU.

## Comissão de Constituição e Justiça discute restrições à utilização de armas de fogo

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que estabelecem restrições ao uso de armas de fogo é uma das 12 matérias incluídas na pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje a partir das 10h.

O relator propõe a proibição da venda de armas e munições, com exceções para moradores de áreas rurais e clubes de tiro e caça. Também estão livres da proibição as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública, as guardas municipais, o órgão de inteligência federal, as empresas de segurança privada e transporte de valores, os guardas florestais, os agentes de trânsito e de órgãos oficiais encarregados da fiscalização ambiental.

Pelo substitutivo, as armas de fogo

em mãos de particulares deverão ser recolhidas às unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou da Polícia Civil, no prazo de 360 dias a partir da vigência da lei. Os proprietários de armas regulares serão indenizados, enquanto os que portarem armas irregularmente, e as entregarem às autoridades, ficarão livres das punições previstas na legislação.

A CCJ também deve apreciar parecer favorável de Pedro Simon (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a execução orçamentária de programas decorrentes de emendas parlamentares, que representem menos de

5% do Orçamento da União, de iniciativa do senador José Alencar (PMDB-MG).

Será apreciado ainda parecer de Amir Lando (PMDB-RO) favorável à proposta de Roberto Requião (PMDB-PR) para assegurar ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar crimes financeiros. Também constam da pauta cinco pareceres favoráveis a projetos que serão votados em caráter terminativo.

Entre eles, está o projeto que atualiza o conceito de terrenos de marinha, apresentado por Paulo Hartung (PPS-ES).



Simon apóia execução obrigatória de emendas ao Orçamento

## Conselho analisa pedido de cassação de Estevão

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje para votar o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) no qual é recomendada a cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O principal argumento de Jefferson relaciona-se com a possibilidade de Estevão ter cometido desvios éticos de conduta e ilícitos penais, relacionados à participação de suas empresas nas obras superfaturadas do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. As acusações são negadas por Estevão.

Na primeira parte da reunião, que terá início às 9h, os senadores irão decidir se aceitam o pedido feito pelos advogados de defesa de Estevão de realizar novas diligências sobre o processo. O requerimento da defesa foi encaminhado na última quarta-feira, via fax, para o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Caso o pedido seja negado, os senadores voltam a se reunir às 18h para ouvir a exposição da defesa de Estevão e decidir se aprovam, ou não, o relatório de Jefferson.

A sessão de avaliação do rela-

tório de Jefferson poderá acontecer de forma secreta, se assim decidirem os senadores, já que a resolução que define o funcionamento do conselho não trata a questão de forma específica. Já a votação deverá ser nominal e secreta, nos moldes do que estabelece o Regimento Interno para sessões similares em Plenário.

Se o parecer for aprovado, será encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá cinco sessões ordinárias para examinar os aspectos jurídicos do processo. A decisão final caberá ao Plenário.

# CAE aprova aumento de recursos para a cultura

Proposta acolhida pela comissão aumenta de 1% para 3% a parcela de arrecadação das loterias federais destinada ao setor, o que pode significar um incremento de R\$ 25 milhões para R\$ 75 milhões anuais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que aumenta de 1% para 3% a parcela de arrecadação das loterias federais destinada ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), citou dados da Caixa Econômica Federal, segundo os quais o repasse passaria dos atuais R\$ 25 milhões para R\$ 75 milhões anuais.

O parecer de Piva acrescentou emenda ao projeto aprovado pela Câmara, de autoria do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), que previa o repasse de 10% da arrecadação bruta das loterias federais. Por isso, caso seja aprovada também no Plenário do Senado, a proposta voltará à Câmara, para avaliação da modificação. Piva considerou prejudicado o projeto de José Roberto Arruda (PSDB-DF), que, por tratar do mesmo assunto, tramitava em conjunto com o anterior.

Também na reunião de ontem, a CAE aprovou parecer pela rejeição do projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que incluía as pensões recebidas por portadores de fibrose cística entre as isenções do Imposto de Renda. O relator, senador Freitas Neto (PFL-PI), declarou-se favorável ao projeto no mérito, mas afirmou que sua aprovação causaria um conflito de normas, já que a legislação referente à Previdência Social teria de ser alterada previamente.

O senador Romero Jucá (PSDB-

RR) pediu vista do substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) aos projetos de lei que autorizam a contratação de crédito com a CEF para financiamento de programas destinados a fortalecer e modernizar as administrações municipais. Atendendo apelo do relator, para possibilitar a realização de empréstimos pré-acordados até a data limite de 30 de junho, Jucá comprometeu-se a entregar o projeto em 24 horas. O vice-presidente da CAE, senador Bello Parga (PFL-MA), no exercício da presidência, convocou então uma reunião extraordinária para hoje, às 10h30, com o objetivo de votar essa matéria. Saturnino recomenda a aprovação do projeto de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), nos termos do substitutivo que apresenta, e declara prejudicado projeto de José Roberto Arruda que trata do mesmo assunto.

Em outro item da pauta, Arruda pediu vista do projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que determina a inclusão, nos cigarros e nas cervejas em lata produzidos para exportação, da inscrição "Produto para exportação — venda proibida no Brasil". Outro projeto de Requião, que permite aos estados reduzirem a zero o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi devolvido pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), que solicitou a indicação de outro senador para substituí-lo na relatoria.



Comissão de Assuntos Econômicos acolheu pareceres favoráveis a dois empréstimos externos

## Pedida urgência para votação de empréstimos

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aprovaram ontem pareceres favoráveis a dois empréstimos externos, no valor total de 3,23 milhões de euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinados ao financiamento do programa de modernização da infra-estrutura das universidades federais e de seus hospitais universitários. Os projetos de resolução oferecidos pelos relatores seguem para votação em Plenário, com requerimento de urgência.

O primeiro pedido de empréstimo, relatado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), refere-se ao financiamento de 15% do valor total do projeto. A um custo de 6,25%

ao ano, os recursos serão utilizados na compra de bens da empresa Leica Microsystems Nussloch GmbH. O segundo, relatado pelo senador Pedro Piva, cobre o restante do valor do programa, com um custo, entre juros e taxas de administração, de 4,6% ao ano.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) absteve-se em ambas as votações e questionou o porquê de as condições dos financiamentos, que têm a mesma finalidade e a mesma instituição de crédito, serem diferentes. O senador Bello Parga, na presidência da CAE, explicou que as linhas de crédito de um banco são diferentes, variando, por exemplo, de acordo com a forma de pa-

gamento, à vista, como no caso da parcela maior, ou a prazo.

Citando o papa João Paulo II, que pediu o perdão das dívidas dos países pobres, o senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra os empréstimos em análise na CAE, e alertou para a "situação explosiva" do país, diante das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), apesar de votar favoravelmente, lamentou que o Orçamento da União seja contingenciado "em tudo, menos para o pagamento de dívidas", e que os empréstimos aprovados pela comissão tragam mais endividamento, serviços, taxas e emolumentos para o país.

## Senadores destacam importância de despoluir o Tietê

A CAE também aprovou ontem relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), favorável ao pedido do estado de São Paulo para oferecer contragarantia à União para empréstimo no valor de US\$ 200 milhões, tomado pela Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp) junto ao Banco Inter-



Jonas Pinheiro deu parecer favorável ao pedido de São Paulo

americano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão utilizados na segunda fase do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Apesar de os encargos referentes ao empréstimo estarem sob a responsabilidade da Sabesp, a União ofereceu garantia do financiamento ao BID, enquanto o estado, com o pedido, pretende cobrir a garantia dada pelo governo federal. O Banco Central manifestou-se favoravelmente à concessão de contra-

garantia de São Paulo, destacando as condições favoráveis do prazo e custo do financiamento. A proposta segue para apreciação do Plenário com requerimento de urgência.

Paulo Souto e José Alencar (PMDB-MG) destacaram a importância da despoluição do Tietê, especialmente no momento em que São Paulo

enfrenta problemas de desabastecimento de água.

O senador José Eduardo Dutra questionou o representante da Secretaria de Fazenda de São Paulo, Antônio Carlos Figueiredo, sobre a possibilidade de privatização da empresa de abastecimento e de saneamento do estado. Segundo Figueiredo, não há estudo de privatização da Sabesp, mas de venda de ações da empresa em poder do estado que excedam o mínimo neces-

sário ao controle acionário da estatal. Hoje, a Sabesp é uma empresa aberta e tem 10% de seu capital negociados em mercado. O estado tem mais de 89% de suas ações.

— O Tietê tem necessidade urgente de ser saneado. Porém, melhoramos o Tietê e criamos a poluição financeira, das nossas agruras e penúrias — afirmou o senador Lauro Campos, que votou contra o pedido de empréstimo.

Os membros da CAE aprovaram ainda pedido da União para que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) possa contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 50 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos deverão financiar parcialmente o Programa de Crédito Produtivo Popular (Crediamigo), incluído no programa Brasil em Ação.

O relator, Freitas Neto, destacou que o Crediamigo já realizou mais de 261 mil operações de microcrédito para a atividade produtiva do Nordeste e que a maioria dos financiamentos (54,62%) foram tomados por mulheres.

## CE recomenda outorga e renovação de concessões de emissoras

Com relatório favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de decreto legislativo que outorga à Organização Guaratubana de Comunicações Ltda. concessão para explorar emissora de rádio em ondas mé-



Freitas Neto presidiu a reunião de ontem da Comissão de Educação

dias na cidade de Guaratuba (SP). Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a CE também aprovou cinco projetos de decreto legislativo renovando as concessões para funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Ver-

melha (RS); Sistema Evangelizador de Radiodifusão, de Jaticabal (SP); Rádio Colméia, de Cascavel (PR); Rede Norte Sul de Comunicação, de Porto Alegre (RS), e Fundação Santa Luzia de Mossoró, de Mossoró (RN).

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) se absteve em todas as votações. O Bloco Oposição, ao qual o senador pertence, orienta seus integrantes a não votar as renovações de concessão ou outorga de emissoras de rádio e televisão enquanto o Congresso não regulamentar o Conselho de Comunicação Social.



André Luiz Souza, do Instituto Cidadania, fala à CAS sobre o Projeto Moradia, elaborado pelo PT

## Mauro Miranda critica programas de habitação

Na avaliação do senador, feita ontem durante audiência na CAS, os projetos para o setor não têm conseguido reduzir o déficit de moradias

Autor do requerimento para realização de reunião destinada a tratar da política habitacional, ocorrida na manhã de ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que, apesar das boas intenções do governo, os resultados obtidos com os programas oficiais não têm conseguido reduzir significativamente o déficit de moradias.

– Essa é uma das áreas em que melhor se percebe o faz-de-conta, porque mesmo existindo diversos planos e projetos o que se verifica é que não há realização orçamentária para habitação – disse o senador, autor da emenda que incluiu a moradia entre os direitos constitucionais.

Participaram da audiência públi-

ca, representando o governo, o assessor da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, Irenêo Ceciliano Bezerra, e o superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal (CEF), Renato Nardoni. O primeiro anunciou que uma das metas governamentais para o setor consiste em um investimento médio de R\$ 5 bilhões para a construção de 500 mil moradias populares ao ano, destinadas a pessoas que ganham até três salários mínimos.

Já o representante da CEF, Renato Nardoni, em resposta a questionamento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), informou que a instituição financiou cerca de 1,5 milhão de moradias nos últimos quatro anos. Disse também que, apesar do acesso ao crédito não

ser complicado para a maioria dos trabalhadores, inexistente um sistema eficiente para aqueles que ganham apenas um salário mínimo.

O senador Mauro Miranda reforçou sua posição a partir das informações prestadas pelos deputados Sérgio Guerra (PSDB-PE), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Renato Vianna (PMDB-SC), relator do Plano Plurianual (PPA).

– O deputado Sérgio Guerra relatou que o governo está prevenindo a construção de apenas 12 mil moradias populares este ano e isso já demonstra a insignificância e o desencontro das intenções descritas pela LDO e pelo PPA, que, segundo informou o deputado Vianna, têm previsões bem mais ambiciosas para o setor.

## Projeto petista para moradias é apresentado na CAS

A audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o financiamento de moradias no país contou com a presença de dez autoridades no assunto e estendeu-se por mais de quatro horas. Participaram do debate representantes do governo, deputados federais, o secretário de Habitação de Santa Catarina, José Orlando Battistoti, e três coordenadores do Projeto Moradia, elaborado pelo PT.

O programa petista foi detalhado pela professora da Universidade de São Paulo (USP) Ermínia Maricatu, André Luiz Souza, Nabil Bonduki e

ainda pela deputada Iara Bernardi (PT-SP). Ermínia traçou um mapa da situação habitacional brasileira e descreveu as principais linhas do programa petista, que está fundamentado no atendimento às populações de baixa renda, construções a baixo custo, financiamento direto e juros baixos. A gestão, segundo explicou, seria feita de forma descentralizada, com a participação dos municípios, estados e governo federal.

A professora informou que atualmente o país possui 50 milhões de pessoas morando em seis metrópoles e que a população das cidades de porte médio é a que mais cresce, a

uma taxa anual superior a 4%. Disse também que houve um aumento no número de favelas na última década.

– A modernização chegou com o processo de industrialização avançada, mas não houve melhoria na urbanização para acompanhar esse processo – observou.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Mauro Miranda (PMDB-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Cândido (PT-RJ) elogiaram o programa. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou sua preocupação com o tema, relacionando o crescimento da violência urbana com os desequilíbrios sociais.

## Vídeo mostra trabalho de missionário no estado do Acre

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) exibiu ontem vídeo, produzido pela TV Senado, sobre o trabalho do padre Paolino Baldassari no Acre. O filme, com duração de 30 minutos, mostra a atuação do religioso em comunidades carentes do estado e a sua luta em favor dos menos favorecidos.

O padre Paolino Baldassari, 74 anos de idade, mora no extremo oeste da Amazônia há mais de 46 anos e durante todo esse tempo foi o responsável pela fundação de mais de 70 escolas na região. Conforme mostra o vídeo, que será exibido a partir desta semana pela TV Senado, o religioso, além de prestar serviço missionário, ajuda idosos, crianças e adolescentes na área de saúde e estimula a formação de cooperativas e sindicatos de trabalhadores.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), um dos responsáveis para que o vídeo fosse produzido pela TV Senado, o padre Paolino Baldassari já é um candidato ao

Prêmio Nobel da Paz, “pela visão missionária que tem e pela prática da solidariedade humana que possui”.

– Um homem que é capaz de se preocupar em ir para um canto do mundo chamado extremo oeste da Amazônia com o objetivo de evangelizar índios, seringueiros e ribeirinhos, ter trabalhado na organização sindical, política, educacional e produção agrícola em condições precárias, tem a mesma dimensão do trabalho realizado por Madre Tereza de Calcutá e Ghandi – disse Tião Viana.

Entende o senador que a produção do vídeo é um encontro do Senado com a Amazônia brasileira, “num ato de o poder e o povo estarem juntos naquilo que existe de mais íntimo: o direito à vida, à dignidade e à liberdade que o povo da Amazônia merece”. O vídeo, conforme informou Tião Viana, está sendo traduzido para o inglês, o italiano e o espanhol, e será exibido em vários países.



Tião Viana: o padre Baldassari representa um exemplo de dedicação aos menos favorecidos

## Documentário da TV Senado recebe voto de louvor

O Plenário aprovou voto de louvor à TV Senado pela realização do vídeo documental sobre o trabalho do padre Paolino Baldassari realizado nos últimos 46 anos na região amazônica. A proposta do voto partiu do senador Tião Viana (PT-AC).

Segundo o senador, o padre Baldassari representa um exemplo de dedicação e perseverança na luta em prol das camadas menos favorecidas da população da Amazônia, como os seringueiros, índios e ribeirinhos. Segundo ele, em suas missões de evangelização, o padre percorria o imenso território da Amazônia e, particularmente, o estado do Acre.

Para Tião Viana, a TV Senado demonstrou no programa, com a sensibilidade e seriedade de sua equipe, estar madura o suficiente para enfrentar com competência novos

desafios, assumindo um lugar definitivo ao lado das grandes emissoras de televisão do país. Ele pediu que o voto de louvor fosse enviado ao governador do Acre, Jorge Viana, e à Academia de Ciências da Suécia, em Estocolmo, responsável pelo Prêmio Nobel da Paz, para o qual ele espera que seja indicado o nome do padre Paolino Baldassari.

Tião Viana fez questão de elogiar o trabalho desenvolvido pela diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, e pela equipe técnica responsável pela criação do vídeo, formada pela repórter Ângela Brandão; pelo cinegrafista Marcos Feijó; pelo editor Dulcídio Siqueira; e pelo técnico Cleyton Lira.

O documentário será exibido pela TV Senado no próximo sábado, às 14h30, e no domingo, às 18h15.

# Martus diz que cortes garantem estabilidade

Ministro do Planejamento afirma aos parlamentares na CMO que o governo promoveu o contingenciamento de R\$ 7,4 bilhões no Orçamento deste ano para assegurar a manutenção do equilíbrio fiscal

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, afirmou ontem que o governo promoveu cortes de R\$ 7,4 bilhões no Orçamento deste ano para garantir a manutenção do equilíbrio fiscal. A redução de gastos, disse ele, foi decidida após reavaliação das receitas e despesas previstas no projeto original: enquanto as despesas foram acrescidas em R\$ 11,5 bilhões, as receitas aumentaram em apenas R\$ 4,1 bilhões:

— O contingenciamento anunciado nada mais é do que a diferença entre os novos números de receita e despesa — observou Martus Tavares, em audiência pública promovida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o ministro, o Poder Executivo não subestimou a capacidade de arrecadação, nem teve a intenção de aumentar o superávit fiscal — ou seja, a diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta.

Ao aprovar a proposta de Orçamento, o Congresso Nacional acres-



Ao lado do senador Gilberto Mestrinho (D), o ministro Martus Tavares apresenta as razões do governo para a redução dos gastos previstos no Orçamento de 2000

centou despesas de R\$ 6,1 bilhões para este ano. O aumento de gastos não comprimíveis — como despesas com pessoal — alcançará, segundo números apresentados pelo ministro, R\$ 4,5 bilhões. Com o acréscimo estabelecido pelos parlamentares para receitas e despesas, cresceu também em R\$ 900 milhões o valor necessário à obtenção do su-

perávit fiscal previsto para 2000. O total do aumento de despesas alcançou o valor de R\$ 11,5 bilhões.

A nova estimativa de receitas — entre agosto de 1999, quando o projeto foi enviado ao Congresso e a sua aprovação pelos parlamentares — foi de apenas R\$ 4,1 bilhões. Mesmo assim, lembrou o ministro, a reavaliação de receitas feita pelo go-

verno em alguns casos foi superior à do Poder Legislativo. Ele citou como exemplo o Imposto de Renda, cuja arrecadação reestimada pelo governo será R\$ 5,1 bilhões maior do que a original, enquanto a previsão feita pelo Congresso indicava somente R\$ 2,2 bilhões a mais:

— Não temos nenhuma necessidade de promover um superávit fis-

cal maior do que o previsto — disse Martus. Em sua exposição inicial aos deputados e senadores da Comissão de Orçamento, ele observou que o Poder Executivo foi obrigado a reduzir as despesas previstas para este ano. “O ministro do Planejamento não sente nenhum prazer em fazer cortes, mas os propõe se o compromisso com a estabilidade econômica assim o exigir”, afirmou.

Martus considerou “excelente” a oportunidade de apresentar à sociedade os motivos dos cortes promovidos pelo governo no Orçamento. “O cidadão comum deve ficar perplexo com esse vaivém de números”, reconheceu. Ele procurou realçar, no entanto, a necessidade de manter as contas públicas equilibradas, como pressuposto para a retomada do desenvolvimento. “Somos todos a favor da responsabilidade fiscal, inclusive a oposição, e não podemos recuar agora, quando estamos próximos de consolidar um quadro de crescimento sustentado da economia”, avaliou o ministro.

## Ministro elogia proposta de orçamento impositivo

A proposta de criação do orçamento impositivo, apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi elogiada ontem pelo ministro Martus Tavares. Ele afirmou que o momento é propício à abertura de um debate sobre o tema e apresentou suas próprias sugestões para o aperfeiçoamento do processo de tramitação das leis orçamentárias:

— A tese do senador Antonio Carlos é boa e está bem colocada — avaliou Martus Tavares. Para ele, porém, o Congresso Nacional e o Poder Executivo precisam refletir sobre as mudanças ocorridas no país após o fim da hiperinflação. Elaborar um orçamento em um quadro de inflação anual de 6%, comparou, requer muito mais responsabilidade do que no tempo em que a inflação mensal era maior do que a taxa prevista para todo este ano:

— Devemos primeiro buscar o orçamento real, para chegarmos então ao orçamento impositivo — defendeu Martus, que classificou como “peças de ficção” as leis orçamentárias aprovadas no período de inflação elevada. O ministro sugeriu que a tramitação dos projetos anuais de orçamento,

daqui para a frente, passe a ser feita em quatro etapas.

Em um primeiro momento, recomendou Martus, o Executivo e o Legislativo promoveriam um amplo debate a respeito do cenário econômico e a estimativa de receita para o ano seguinte. Essa estimativa só seria alterada se ocorressem fatos novos e relevantes. A segunda etapa seria então marcada por uma discussão a respeito das prioridades do país. Nesse momento, seriam definidos os montantes a serem destinados a grande setores, como transportes, saúde, educação e meio ambiente.

A terceira etapa comportaria uma discussão, em cada setor, sobre quanto se destinaria aos programas previstos. “Nesta hora se decidiria, por exemplo, com quanto contaria cada programa da área de meio ambiente”, explicou Martus. Por fim, seria debatida a destinação geográfica dos recursos dos programas acertados. Somente ao final do processo de tramitação, observou o ministro, ocorreria a discussão a respeito da municipalização das despesas, “o que poderia evitar as atuais pressões sobre os relatores”, previu Martus.

## Parlamentares querem execução do que for aprovado

Os parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pregaram ontem o estabelecimento de uma nova relação entre o Executivo e o Legislativo com vistas à elaboração e execução do Orçamento anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual (PPA). Durante debate com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deputados e senadores, da oposição e da base de apoio ao governo, manifestaram-se a favor de um orçamento que não só espelhe as necessidades de investimento do país, como também seja efetivamente executado.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor, no Senado, do requerimento para convocação de Martus, argumentou que é difícil explicar aos cidadãos que verbas são congeladas ou cortadas depois de meses de discussão e da votação do Orçamento pelo Congresso. Segundo Jader, a definição do Orçamento gera expectativas legítimas na sociedade. Quando os programas são cancelados ou paralisados, essas expectativas ficam fortemente frustradas.

— Qual o critério utilizado nesses cortes? — questionou.

As razões para escolha dos programas a serem recursos contingenciados também foram indagadas pelo autor, na Câmara, do requerimento de convocação, deputado José Priante (PMDB-PA). Ele anunciou que irá propor a criação de uma

subcomissão para rediscutir a confecção e execução orçamentárias.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), são “falácias” as propostas de transformação do Orçamento de autorizativo em impositivo. Ela explicou que a Constituição já considera crime o não cumprimento das leis orçamentárias, e cobrou de Martus os cortes de verbas no valor de R\$ 1,9 milhão destinadas à recuperação de adolescentes infratores.

Embora tenha considerado “satisfatória” a maior parte das explicações do ministro, o líder do governo na Câmara, Arthur Virgílio (PSDB-AM), disse ter dúvidas sobre se no contingenciamento de despesas as verbas oriundas de



Jader diz que cortes frustram expectativas da sociedade

emendas de parlamentares são mais prejudicadas do que as constantes da proposta enviada pelo Executivo. Para Virgílio, o governo só tinha como alternativa fazer os cortes, para manter o equilíbrio fiscal.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou que a desconfiança mútua entre o Executivo e o Legislativo impeça discussão clara e elaboração de um orçamento de acordo com a situação do país. Segundo ele, há no governo a idéia de que o Congresso sempre piora a proposta do Executivo, enquanto o Legislativo acredita que o governo subestima receitas para evitar gastos.

— Essa é uma relação muito primitiva — disse Alcântara.

Vários parlamentares, como o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PR), criticaram o governo por manter servidores públicos sem aumento de salários há mais de cinco anos. Martus Tavares disse que o governo já ofereceu tudo o que podia e que não mudará sua política salarial.

# Financiamento do esporte deve ter nova MP

O anúncio foi feito ontem por Maguito Vilela. Conforme o senador, a medida provisória a ser editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso irá apontar fontes de recursos para todas as modalidades esportivas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso, atendendo a apelos do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e da comissão especial que analisa a MP dos Bingos – da qual é relator –, decidiu enviar ao Congresso Nacional, nos próximos dias, nova medida provisória que vai disciplinar o financiamento dos esportes, inclusive o amador.

Segundo explicou Maguito Vilela, a MP vai apontar as fontes de recursos para financiar todas as modalidades esportivas, e não mais apenas o esporte amador, que vem sendo patrocinado pelos bingos.

– Com o envio da medida, fica apartado o esporte do seu financiamento com jogos de azar. Con-

tudo, os bingos ainda deverão continuar a apoiar o esporte amador, mas de uma forma mais fiscalizada, coordenada e supervisionada pela Caixa Econômica Federal – ressaltou Maguito Vilela.

A comissão que analisa a MP que institui a taxa dos bingos e alterações na Lei Pelé aprovou, por unanimidade, a nova versão do projeto de conversão de Maguito Vilela. O senador adiantou ter mantido entendimentos com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que manifestou interesse em votar o quanto antes a matéria no Plenário do Congresso. Mas não houve ainda consenso entre os líderes dos partidos para incluí-la na pauta de votação.

Como a MP foi reeditada no dia 28 de maio, 11 emendas fo-

ram oferecidas, das quais o senador acatou três. A principal delas é a que altera a redação do artigo que proíbe empresa privada de ser, direta ou indiretamente, possuidora de títulos ou deter participação de capital social de mais de um clube esportivo. A emenda proíbe ainda a empresa de ter “ligações financeiras” com mais de uma sociedade desportiva participante da mesma modalidade.

Outra alteração foi a restituição, ao Fundo de Apoio ao Atleta Profissional (Faap), do desconto de 1% das transações internacionais quando o atleta for negociado com clubes de outros países. O desconto passará a ser pago pelo próprio atleta, e não mais pelos clubes, conforme previa o projeto de conversão anterior.



Maguito (E) afirmou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende colocar o quanto antes em votação a MP dos Bingos

## CPI do Roubo de Cargas quebra sigilo da Abaeté Táxi Aéreo e de empresário

A CPI do Roubo de Cargas aprovou ontem a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Abaeté Táxi Aéreo e do empresário Jorge Melo, por indícios de participação em esquema de lavagem de dinheiro e transporte de cargas ilegais. Também foi decidida a convocação de José Ademir Albarello, preso no Rio Grande do Sul sob acusação de envolvimento com o desvio de cargas. O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) também requereu a convocação de Ananias Elisário da Silva ou Cláudio Mariano Severo, preso em Brasília e acusado de matar mais de 40 motoristas de caminhão. A CPI decidiu que analisará o inquérito policial antes de ouvir o suspeito.

O empresário Luiz Carlos Beltramini, que teve um caminhão roubado e contrabandeado para a Bolívia, entregou à CPI, em sigilo, o nome de supostos receptores de cargas roubadas.

Em seus depoimentos, os empresários Artur Santos, Paulo Cunha e Celso Ciglio, ligados às



O empresário Paulo Cunha (E), do setor de seguros, fala à CPI, presidida pelo senador Romeu Tuma, durante reunião ocorrida ontem

corretoras de seguros Pancary, Apsul e Disconal, que são responsáveis por 90% dos seguros no setor de transportes, negaram que haja qualquer interesse no aumento do roubo de cargas. Ciglio, que investigou casos por conta própria, entregou reservadamente à CPI as informações que levantou sobre supostos receptores de cargas.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, enviou ofício ao governador de São Paulo, Mário Covas, requerendo esclarecimentos sobre a desativação de vá-



rios postos de fiscalização em rodovias do estado.

Na próxima terça-feira, serão ouvidos Patrick Larragoiti, presidente da Sul América Seguros, Demóstenes Madureira de Pinho Filho, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Álvaro Henrique Vianna Novaes, diretor da Polícia Rodoviária Federal, e José da Fonseca Lopes, presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos.

## Mozarildo fala à TV Senado sobre criação de novos estados

As propostas de plebiscito para a criação de três novos estados (Tapa-jós, Solimões e Araguaia), em tramitação no Senado, são o tema da entrevista que o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) concede à TV Senado hoje, às 7h30. Para o parlamentar, autor das propostas, se a

Amazônia Legal não for dividida para dar origem a novos estados, a região nunca irá se desenvolver.

O senador alega que a mudança incentivaria o desenvolvimento de municípios que hoje estão esquecidos. “O crescimento do Tocantins, de Mato Grosso do Sul e dos antigos

territórios é o maior exemplo para a defesa da idéia. O gasto administrativo com as novas unidades da Federação seria compensado com o fim das despesas com os municípios que deixariam de pertencer ao Amazonas, Pará e Mato Grosso”, argumenta Mozarildo.

## Comissão aprova nome de embaixador para o México

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do diplomata Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para o cargo de embaixador no México e, cumulativamente, em Belize. O colegiado concedeu também o voto favorável ao acordo entre Brasil e Israel sobre isenção de vistos para

viagens entre os dois países.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de audiência pública conjunta da CRE com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir a política espacial brasileira, principalmente o Centro de Lançamentos de Alcântara e os problemas sociais existentes na região.

## Melo recebe jornalistas de língua portuguesa

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu ontem visita de cortesia de jornalistas de Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, além do administrador da Imprensa Nacional da Casa da Moeda de Portugal. Eles estão no Brasil para participar, no Recife, do 1º Congresso Oficial de Jornalis-

tas de Língua Portuguesa.

Durante o encontro, Geraldo Melo explicou o funcionamento do Senado e deu destaque ao sistema de comunicação da Casa. Ele informou aos profissionais de imprensa que o Senado possui um jornal diário, uma emissora de televisão e uma rádio FM, destinados a divulgar as atividades da Casa.



O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, durante o encontro com profissionais de imprensa de vários países da África e de Portugal

## Ademir questiona projeto sobre revenda varejista de combustíveis

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) questionou a proposta do governo de possibilitar que as companhias distribuidoras explorem diretamente a atividade de revenda varejista de combustíveis. Segundo ele, a iniciativa governamental de regulamentar o exercício da atividade de revendedor varejista prejudicará diretamente o consumidor, que “não terá escolha de aquisição de combustíveis e de preço”.

O senador afirmou ser imprescindível que o Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos, promova um debate aberto com a sociedade, representada por técnicos, trabalhadores, empresários e associações de consumidores, a fim de ampliar a discussão sobre o processo de desregulamentação do setor de combustíveis pretendido pelo governo. Acrescentou que encaminhará requerimento à comissão



Ademir quer participação do Senado no debate

“objetivando inserir o Senado no debate, avaliando e examinando a proposta do Executivo”.

Ademir disse ter encaminhado requerimento de informação ao Ministério de Minas e Energia sobre

a proposta de regulamentação da atividade. Com a resposta, afirmou ter comprovado que o governo “quer se eximir da responsabilidade de formação de monopólio e suas nefastas conseqüências”.

Na avaliação do senador, a regulamentação pretendida pelo governo não proíbe práticas de abuso econômico, como a discriminação entre os postos próprios das distribuidoras e de terceiros e a imposição aos varejistas ou representantes de condições para a comercialização dos combustíveis.

— O setor de distribuição e venda a varejo de combustíveis necessita de uma rápida e eficaz atuação estatal, pois, se de um lado vários postos estão sendo acusados perante o Conselho Administrativo de Direito Econômico por formação de cartel, face à concentração territorial com domínio pleno no mercado e imposição de preços, por outro lado, esses mesmos postos estão ingressando na Justiça para afastar a cláusula contratual que os obriga a adquirir combustíveis exclusivamente dessas distribuidoras — disse o senador.

# Senadores lamentam tragédia no Rio e manifestam preocupação com a violência

O seqüestro de segunda-feira no Rio de Janeiro, quando um homem tomou passageiros de um ônibus como reféns e após mais de quatro horas foi morto junto a uma das vítimas, provocou manifestações ontem no Plenário.

Houve críticas à atuação da Polícia Militar fluminense e vários senadores expressaram preocupação com o crescimento da criminalidade no país.

## Heloísa sugere documentário para subsidiar debate

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu que a TV Senado faça um documentário sobre a tragédia de segunda-feira no Rio de Janeiro, quando um homem tomou passageiros de um ônibus como reféns e acabou morto junto a uma das vítimas.



Heloísa Helena

Além de contar a tragédia, a senadora quer que a TV Senado prepare um vídeo mostrando a vida da professora morta, do seqüestrador e do policial militar que atirou na tentativa de acertá-lo. “Que a TV mostre, sem sensacionalismo ou demagogia, como era a vida dessas pessoas antes de se encontrarem na tragédia”, propôs, acrescentando que isso subsidiaria um debate sério e honesto sobre a violência.

## Para Suplicy, renda mal distribuída agrava o problema

Externando seu apoio à sugestão da senadora Heloísa Helena para que a TV Senado faça um documentário sobre a vida dos envolvidos na tragédia do Rio, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o aumento da violência está relacionado com a péssima distribuição da renda e das riquezas, a não realização da reforma agrária em ritmo ágil e o adiamento da implementação de projetos que garantam a aproximação do pleno emprego e uma renda adequada.

Suplicy declarou-se impressionado com o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter falado apenas em impedir que ações desse tipo se repitam, sem nenhuma reflexão sobre as causas que podem levar uma pessoa a tal atitude.



Eduardo Suplicy

## Geraldo Cândido critica atuação da Polícia Militar

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou a atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro no desfecho do seqüestro de um ônibus que terminou com a morte do seqüestrador e de uma das reféns. Ele também solidarizou-se com a proposta da senadora Heloísa Helena de que a TV Senado prepare documentário contando a vida dos envolvidos na tragédia.

— Toda a população do Brasil assistiu, estarrecida, às cenas de violência ocorridas no Rio. O pior de tudo é que a nação percebeu o despreparo da Polícia Militar. O policial disparou sua arma em cima do assaltante e errou, acertando a moça. Recebi informação de que o seqüestrador foi enforcado por policiais no trajeto até o hospital — disse Cândido.

Ele deplorou a violência crescente no Rio e propôs a imediata formulação de um Projeto Nacional Democrático de Segurança Pública. Na sua avaliação, o projeto deve enfatizar a desmilitarização da polícia e sua municipalização.

— Não podemos mais aceitar atos

de barbárie como o de segunda-feira, quando uma vítima inocente morreu, diante da inconcebível precipitação e imperdoável falta de preparo da PM. De nada resolve o governador Anthony Garotinho ir à televisão defender a polícia, tampouco solucionaria a questão o uso das Forças Armadas na segurança interna — argumentou.

Cândido denunciou, ainda, “mais um assassinato de um trabalhador do campo, Wanderley Bernardo Ferreira, líder do Movimento dos Sem-Terra, nos arredores de Campos (RJ)”. Segundo ele, o suspeito de ser o mandante do crime é o fazendeiro José Azeredo, que há tempos vinha ameaçando matar três trabalhadores, em vingança pela morte de três vacas. “Isso é bem a mentalidade dos latifundiários do Brasil, uma vida humana vale tanto quanto uma vaca, possivelmente menos”, enfatizou, fazendo um relato de assassinatos não solucionados de trabalhadores e líderes sindicais no estado e defendendo uma reforma econômica e política no Brasil.



Geraldo Cândido

## Requião contesta uso das Forças Armadas nas ruas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) usou a tragédia ocorrida segunda-feira no Rio de Janeiro, quando duas pessoas foram mortas, para se posicionar contra a sugestão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que as Forças Armadas sejam utilizadas no combate à violência no Brasil. Ele argumentou que até pelo armamento que utilizam e pelo tipo de treinamento a que são submetidos os militares não estão preparados para enfrentar o crime nas cidades.

A atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro também recebeu críticas do senador pelo Paraná. Requião afirmou que faltou um negociador da Polícia Civil para dialogar com o seqüestrador. Ele também opinou que a estratégia de negociação deveria ter sido utilizada até o último instante, e que, se fosse necessária uma ação mais forte, não deveria ter sido usada uma arma perfurante como a submetralhadora HK, mas um armamento curto com munição que eliminasse a capacidade de reação do seqüestrador imediatamente.



Roberto Requião

## Responsabilidade não é só estadual, diz Paulo Hartung

Ao comentar a tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que a questão da segurança pública não deve ser encarada apenas como responsabilidade estadual, mas também dos governos federal e municipais, dos poderes Judiciário e Legislativo e da sociedade civil.

Hartung, que nas últimas semanas manifestou em Plenário sua preocupação com a violência, disse que o problema atinge principalmente os grandes centros urbanos, não só pelo despreparo da polícia, mas também pelas grandes aglomerações surgidas sem planejamento ou estrutura. “O clima de tensão, apreensão e medo precisa ser superado com políticas públicas”, afirmou.

## Tuma alerta que polícia não pode ser única culpada

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a culpa pelo crescimento da violência não pode ser creditada só à fragilidade do sistema de segurança brasileiro ou à má qualidade da Polícia Militar. Acrescentou que a sensação de impunidade pela não punição dos criminosos e a falta de uma política global contribuíram para que o policial perdesse sua dignidade e autoridade perante a população.

Tuma observou que já ouviu pela quinta ou sexta vez o governo anunciar um plano nacional de combate à violência, mas nenhuma ação mais efetiva foi colocada em prática. Sobre o seqüestro no Rio, disse acreditar que faltou um profissional especializado para dialogar e negociar com o seqüestrador.



Paulo Hartung



Romeu Tuma

# Álvaro defende alíquota zero sobre operações interestaduais

Senador rebate críticas a projeto de sua autoria e insiste que o ICMS só pode ser cobrado no estado onde os produtos são consumidos

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) rebateu ontem as objeções feitas ao seu projeto de resolução que estabelece alíquota zero do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para operações interestaduais. Para o senador, a matéria já nasce com o mérito de dar continuidade ao debate em torno da atribuição da receita ao estado onde os produtos são consumidos, de acordo com o princípio da cobrança no destino.

— Essa é uma tendência irreversível dos impostos tipo ICMS — afirmou Álvaro Dias. Ele informou que, ao apresentar o projeto, teve em mente que o Senado é, por força da Constituição, o mediador oficial da chamada guerra fiscal entre os estados.

A respeito da crítica segundo a qual a medida proposta em seu projeto vai induzir à sonegação, ele argumentou que essa premissa seria correta se a passagem para alíquota zero fosse repentina, mas ela perde força em se tratando de passagem lenta, como prevê a proposta, porque os estados teriam tempo para adotar ini-



Álvaro Dias: redução gradativa das alíquotas será a salvaguarda necessária à implantação da medida

ciativas destinadas a impedir a evasão fiscal.

Álvaro Dias considera verdadeira a premissa de que o zeramento da alíquota interestadual acumulará crédito no estado de origem apenas para produtos em que o valor agregado é muito grande, mas ressalva que esses estados irão suportar crédito de impostos que já receberam.

Outra objeção rebatida pelo parlamentar é de que não será possível adotar a medida sem a criação de salvaguardas ou normas complementares. Para ele,

zerar gradativamente é uma salvaguarda, já que não surpreende os estados e concede-lhes prazo suficiente para evitar distorções. Álvaro lembra também que o entendimento entre os estudiosos do assunto é de que a fiscalização tributária combina quatro elementos fundamentais: legislação adequada, controle eficiente, vontade política de fiscalizar e administração tributária competente.

Ele acrescentou que a experiência europeia desautoriza os opositores da alíquota zero. Com a adoção da medida, relatou, a Europa mostrou que não houve aumento da sonegação nem queda da receita, mesmo abolindo seus postos fiscais de fronteiras. E anunciou que acatou sugestão do tributarista Homero de Arruda para incluir um adendo à proposta estabelecendo que as atuais alíquotas interestaduais de 12%, a partir de 2002, serão reduzidas anualmente, em dois pontos percentuais, até atingir zero por cento em 2007. Álvaro explicou que o texto original alcançava apenas as operações em que as alíquotas interestaduais são de 7%.

# Osmar sugere prêmio para estado que cumprir Lei de Responsabilidade Fiscal

Governadores que cumprirem todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser premiados com mais recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A proposta foi apresentada ontem pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), que pediu apoio dos demais senadores para uma rápida aprovação deste projeto de lei complementar e de outro que oferece aos pequenos e médios municípios as mesmas condições com que cidades grandes como São Paulo rolaram suas dívidas.

Osmar Dias explicou que o projeto dá nova distribuição ao Fundo de Participação dos Estados, destinando 10% dos recursos para a constituição de uma reserva do FPE, que seria distribuída, de forma igualitária, aos estados cujos governadores cumprirem todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os cálculos des-

ses benefícios ficariam a cargo do Tribunal de Contas da União, com base em informações repassadas pelo Ministério da Fazenda.

O outro projeto de Osmar Dias autoriza o governo federal a securitizar as dívidas de todos os municípios e garante a rolagem de suas dívidas com as mesmas condições dadas a cidades como São Paulo. O projeto também prevê a possibilidade de o governo federal criar um Fundo Nacional de Extinção do Endividamento, de natureza contábil, para administrar o processo de securitização das dívidas municipais. Segundo Osmar, todos os municípios juntos devem menos do que devia a capital de São Paulo quando foi autorizada pelo Senado a emitir títulos destinados ao pagamento de precatórios judiciais.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou a iniciativa de criar uma premiação para os governos es-



Osmar também quer estender a todos os municípios condições de refinanciamento obtidas por SP

taduais que respeitarem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ele, isso seria uma motivação para se mudar a cultura da administração pública. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que normas dessa natureza abrem possibilidades para governantes agirem com maior responsabilidade.

# Saturnino teme que a CEF vá promover demissões em massa

Resolução de 21 de março da administração da Caixa Econômica Federal (CEF), segundo disse ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), estabeleceu normas de rescisão contratual sem justa causa de seus empregados.

Na prática, interpretou o senador, “isso quer dizer que a CEF

colocou em marcha um programa de demissão em massa”, pois as normas orientam a ação dos gerentes da instituição para reduzir gastos e custos com pessoal, que deverão indicar colegas de trabalho a serem demitidos.

Na opinião de Saturnino, o momento para tomar semelhante decisão não poderia ser mais impróprio, dados os altos índices de desemprego registrados no país e a evidente elevação da tensão social deles decorrente.



“Decisão é infeliz, inoportuna e cruel”, disse Saturnino

A justificativa de que as normas pretendem tornar a instituição mais dinâmica e operacionalmente ágil e preparada para enfrentar a concorrência não convenceu o senador. A seu ver, as demissões em massa escondem a intenção de preparar a CEF para o processo de privatização almejada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Não é por acaso, continuou, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao custo de cerca de R\$ 10 milhões, teria contratado a consultoria Booz Allen & Hamilton do Brasil para fazer um diagnóstico sobre cinco instituições financeiras oficiais federais, aí incluída a CEF.

— A decisão é infeliz, inoportuna e cruel, uma negação da vocação e história da Caixa, uma instituição eminentemente social — concluiu.

# ACM quer impedir empresa de pagar viagens para servidores

Em projeto de lei apresentado ontem à Mesa do Senado, Antonio Carlos Magalhães propôs a proibição de que membros e servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário aceitem passagens e hospedagem de empresas privadas para participação em eventos. O



Conforme Antonio Carlos, o projeto pretende “atender aos anseios de moralidade”

objetivo expresso do senador é “salvaguardar a imagem e o decoro dos integrantes dos poderes da União e também de seus servidores” e “atender aos anseios de moralidade pública e administrativa”.

Pela proposta, a participação de agente público em qualquer evento só poderá ocorrer se o poder que integra tiver interesse nela e patrocinar o evento ou custear as despesas. A única exceção prevista pelo senador refere-se a convite oficial de país que mantenha relações com o Brasil, dirigido a chefe de poder e por este devidamente autorizado.

Em caso de descumprimento da proibição, Antonio Carlos sugere que, independentemente

das regras legais relativas ao decoro e à ética estabelecidas no âmbito de cada poder, se apliquem as penas previstas na lei que trata das sanções a atos de improbidade administrativa de enriquecimento ilícito de agentes públicos — Lei nº 8.429. Pelo inciso I do artigo 12 dessa lei, o agente público que enriquecer de forma ilícita está sujeito à perda dos bens ou valores ilicitamente acrescidos a seu patrimônio, ressarcimento integral, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

Na justificativa da proposta, ele afirma que, “em qualquer nação civilizada e democrática”, é proibido que agentes públicos recebam vantagens que possam interferir no seu exercício profissional. Este seria, a seu ver, o caso de viagens de membros dos três poderes que têm sido noticiadas pela imprensa, “custeadas por empresas que, muitas vezes, têm interesse em agradar seus convidados, visando criar facilidades para seus pleitos”.

## Esquerda precisa ter cuidado ao avaliar crise no AP, diz Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) divulgou carta aberta aos partidos de esquerda pedindo que suas lideranças analisem cuidadosamente os recentes acontecimentos envolvendo o governo do Amapá e os demais poderes estaduais, antes de prestarem apoio incondicional ao governador João Alberto Capiberibe, do PSB.

Segundo Rocha, o governador só se disse vítima de pressão da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do estado depois que investigação da CPI do Narcotráfico no Amapá apontou irregulari-



Rocha questionou o "apoio incondicional" ao governador do PSB

dades na sua gestão. "Apoio incondicional nesse caso pode ser sinônimo de permissividade, esvaziando o discurso das oposições contra o governo federal e alguns governos estaduais", disse ele.

Rocha destacou que Capiberibe esteve em Brasília pedindo solidariedade dos partidos de esquerda, que chegaram a realizar um ato público em seu favor. Ele defendeu a apuração de denúncias e a punição exemplar dos envolvidos e pediu o apoio do Ministério Público Federal, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal às investigações.

# Heloísa considera "arrogante" atitude do governo do Paraná

Líder do bloco oposicionista lamenta "posição intransigente" em relação à greve dos professores da rede pública estadual

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), criticou ontem, no Plenário, a "posição intransigente e arrogante" do governo do Paraná frente à greve dos professores no estado. Externando sua solidariedade e a do bloco para com o movimento, ela destacou que um grupo de professores está há 13 dias em greve de fome, sendo que dois foram hospitalizados e outros quatro continuam o protesto.

A senadora esteve no Paraná no último dia 2 e fez um apelo para que o governo estadual negocie com os

professores. Heloísa Helena disse que os manifestantes se encontram em uma situação de humilhação, "tanto biológica quanto psicológica", e afirmou que os três senadores do estado — Roberto Requião (PMDB), Álvaro Dias (PSDB) e Osmar Dias (PSDB) — estão solidários com o movimento.

Em aparte, Osmar Dias expressou seu apoio ao movimento dos professores, que, segundo ele, re-



Heloísa Helena apelou ao governo para que negocie com os grevistas

flete "o sucateamento da educação no Paraná". Ele também se disse penalizado com a situação dos alunos, que se encontram sem aulas. Na opinião do senador, o problema ocorreu porque o governo paranaense não cumpriu as promessas de campanha, o que deixou os salários dos professores achatados e os profissionais com péssimas condições de trabalho.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
6h — Unip: Respiração — 3ª parte  
6h30 — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e Ricardo Fonseca, procurador do Trabalho de Campinas, falam sobre as cooperativas de trabalho  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a criação de novos estados  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: O velho e o novo São Luís (MA)  
9h — Conselho de Ética (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Suplicy revela preocupação com o retorno de Celso Pitta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação — que, segundo ele, "é de todos os paulistanos" — com a decisão tomada ontem à tarde pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), permitindo a recondução de Celso

Pitta ao cargo de prefeito da capital de São Paulo.

O tribunal, por três votos a dois, concluiu que Celso Pitta pode, no exercício do cargo de prefeito de São Paulo, continuar respondendo ao processo por improbidade

administrativa movido contra ele pelo Ministério Público em função de empréstimo que lhe foi feito "por pessoa que tinha interesse nas decisões do prefeito", disse.

— O que vai acontecer com São Paulo? — questionou, lembrando que o vice-prefeito Régis de Oliveira, que assumiu o cargo por decisão judicial, designou novo secretariado e lançou novas diretrizes de ação para a prefeitura.

## Senado Galeria expõe até dia 23 obras feitas com sucata

Começou ontem e vai até o dia 23 a exposição da artista plástica Efigênia Ramos Rolim, intitulada *A doçura de uma floresta paranaense*, em exibição no espaço Senado Galeria. A mostra faz parte das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Mais de 40 trabalhos, todos feitos de papel de bala e sucata, compõem a exposição. Segundo a secretária de Cultura do estado do Paraná, Lúcia Camargo, as obras expostas representam o Brasil, "mostrando o espírito brasileiro".

— Tentamos fazer uma mostra diferente e, para tanto, convidamos a artista popular Efigênia Rolim — observou ela. Efigênia Rolim, que também é poeta, participou da abertura da exposição com um traje todo feito de papel de bala e sempre cantarolando músicas regionais, acompanhada por uma gaita de fole.

**CULTURA ao MEIO-DIA 2000**

De David Koepf

**CINEMA**  
ENTRADA FRANCA

**EGOS DO ALÉM**

Quarta-feira  
14 de junho - 12h

Senado Federal  
Auditório Petrônio Portella

Realização:

Apoio: Warner Bros. 20<sup>th</sup> Century Fox

Subsecretaria de Projetos Especiais - C & M

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Alcântara aplaude dinamização do ensino profissionalizante

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem a decisão do governo federal de dinamizar a educação profissionalizante em colaboração com os governos estaduais e as prefeituras. Ele informou que o programa dispõe de US\$ 500 milhões, dos quais US\$ 250



Dinamização da educação depende apenas de vontade política, diz Lúcio Alcântara

milhões de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o restante proveniente dos orçamentos do Ministério da Educação e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Alcântara afirmou que, para ter acesso ao mercado, o trabalhador precisa de escolaridade básica regular, associada a um nível de formação profissional compatível com as necessidades do setor produtivo. “Com a separação do ensino médio do profissionalizante, as portas foram abertas para corrigir um sistema que privilegiava a classe média e formava profissionais fora da realidade do mercado”, analisou.

O programa de expansão do ensino profissionalizante já finan-

ciou, em apenas dois anos, conforme dados apresentados pelo senador, 132 escolas, e, no decorrer deste ano, serão inauguradas mais 40 escolas. “No Ceará, foram criados 33 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), onde são oferecidos cursos básicos para trabalhadores rurais e urbanos, professores, empresários e para a comunidade em geral, dando-lhes oportunidades de desenvolvimento, emprego e renda”, explicou.

Lúcio Alcântara afirmou que a dinamização da educação depende apenas de vontade política dos governantes e apoio das comunidades. “No Ceará, essa rede de escolas profissionalizantes, além de formar mão-de-obra e possuir instalações para aulas práticas de ciências naturais, dispõe de equipamentos para videoconferências para permitir aulas a distância, evitando que jovens de cidades muito pequenas precisem sair de seus lares para estudar em centros maiores”, explicou.

## Maldaner quer condicionar empréstimo a decisão judicial

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem em Plenário projeto que modifica a Resolução 79, aprovada pelo Senado em 15 de dezembro passado, estabelecendo que a eficácia da operação de crédito ao Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) no valor de



Maldaner teme que dívidas assumidas por Santa Catarina prejudiquem o estado

R\$ 2,1 bilhões fica condicionada à decisão final do Poder Judiciário.

De acordo com o senador, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina destinada a investigar os fatos que geraram a situação atual do Besc aprovou seu relatório final em 4 de maio último, comprovando o uso de artifícios para

manipular a situação patrimonial do banco.

Em função da controvérsia dos números, Maldaner propõe que o Senado condicione a liberação desses recursos ao pronunciamento da Justiça acerca das ações que o Ministério Público sugerir de acordo com o relatório da CPI. O senador recomenda também que o Senado suste o empréstimo enquanto não for apurada a manipulação dos balanços do banco.

— A população catarinense, se vigorar as condições atuais, vai assumir uma dívida superior a R\$ 2 bilhões, comprometendo gerações futuras — enfatizou.

# Jefferson critica parecer sobre MP do Código Florestal

Senador observa que instituições científicas têm sido unânimes na condenação dos riscos econômicos, sociais e ambientais da proposta

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o parecer do deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) à medida provisória que altera o Código Florestal, em que o parlamentar propõe a ampliação da área liberada para agropecuária na Amazônia de 20% para 50%. Ele registrou que instituições científicas especializadas como o Inpa, a Embrapa e universidades e institutos que integram a Associação das Universidades da Amazônia têm sido unânimes na condenação dos riscos econômicos, sociais e ambientais da proposta.

Jefferson reconheceu a importância da reedição da medida provisória e a articulação do Executivo para alterar a composição da comissão mista que estudará a MP, visando reduzir a influência dos representantes da bancada ruralista nas alterações do Código Florestal, mas observou que a Amazônia necessita mais do que boas intenções oficiais. Ele defendeu o zoneamento econômico e ecológico da região, com ampla democratização dos resultados e

das conclusões deste levantamento.

— Propostas como a do deputado Micheletto ignoram que a floresta, embora não deva ser encarada como um obstáculo ao desenvolvimento, define uma vocação predominantemente florestal e apenas subsidiariamente agropecuária para o progresso da Amazônia em

bases ecologicamente sustentáveis e socialmente justas — comentou Jefferson Péres.

O senador destacou que é consenso científico dentro e fora do Brasil que o manejo sustentado das florestas é capaz de gerar mais empregos, renda, lucros e impostos do que a agropecuária extensiva “que vem sendo praticada em prejuízo do meio ambiente, da população e do futuro da Amazônia”. Para ilustrar sua afirmação, Jefferson Péres citou núme-



Jefferson defendeu o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia

ros coletados pelos pesquisadores Adalberto Veríssimo, Eugênio Arima e Paulo Barreto, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que apontam que, para gerar um emprego permanente, a atividade madeireira necessita de sete hectares de floresta, en-

quanto a pecuária necessita de 428 hectares de pasto.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) defendeu idéia apresentada por Jefferson Péres há alguns meses de que os governadores da Amazônia criem um conselho e se reúnam para traçar um modelo do que deve ser feito com o potencial e as riquezas da Amazônia. Ele concordou que o parecer do deputado Moacir Micheletto não é o melhor para a Amazônia.

## Hartung defende aprovação de projeto que redefine os terrenos de marinha

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu ontem projeto de sua autoria que redefine o conceito de terrenos de marinha, instituto jurídico sem paralelo no mundo e que tem origem em Ordem Régia de 1710. A proposta deverá ser apreciada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os terrenos de marinha são atualmente regulados por legislação de 1946, que Hartung pretende atualizar. O objetivo do projeto, conforme seu autor, é corrigir “a desorganização, a injustiça e a burocracia que atrapalham o desenvolvimento urbano das nossas cidades”, retirando da União o domínio sobre a maior área possível dos 8 mil quilômetros de faixa litorânea.



Hartung pretende corrigir a desorganização urbana em muitas capitais

O projeto de Hartung reduz de 33 para 13 metros a faixa litorânea a ser considerada terreno de marinha, a contar do preamar médio de 1999, e transfere a estados e municípios as áreas que, por força da redução, deixarem de constituir terrenos e acréscimos de marinha e não sejam de utilização federal.

Pela legislação vigente, são terrenos de marinha sob domínio da União os 33 metros de terra calculados a partir da linha do preamar médio de 1831, incluídos os terrenos acréscimos de marinha, definidos como aqueles que se formaram, natural ou artificialmente, de aterramento de áreas litorâneas.

Com o crescimento urbano, Hartung afirmou que em cidades como

Rio de Janeiro, Florianópolis e Vitória, entre outras, há inúmeras edificações em aterros localizados a centenas de metros da praia que, por força do “preamar médio de 1831”, estão situadas em terrenos de marinha. Os donos dos imóveis têm de pagar foros anuais à União e não podem se considerar legítimos proprietários dos bens.

Para o senador, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que administra os terrenos de marinha, “não consegue tomar conta devidamente de 8 mil quilômetros de áreas litorâneas”, cadastrando imóveis sem critério, sobre os quais cobra 2% de taxa de ocupação para inscrições realizadas até 31 de março de 1988 e 5% para aquelas feitas a partir de 1º de abril do mesmo ano. Além disso, cobra laudêmio — taxa paga em caso de alienação — equivalente a 5% do valor total de imóvel cujo domínio seja negociado entre particulares.